

Uma política de imigração eficaz recusa o extremismo

Portugal tem uma política de imigração que pode ser um exemplo para toda a UE, mas precisa melhorar a implementação e articulação com as demais políticas públicas.

Ana Paula Costa | Público | 15 de abril de 2023

Diante do fenómeno migratório, as políticas destinadas a regular os fluxos de entrada, saída e permanência de migrantes passaram a estar na agenda política nacional e internacional da Europa. Além disso, a imprevisibilidade e a inevitabilidade das migrações é uma realidade desafiadora para os governos, que podem ser surpreendidos por fluxos migratórios inesperados, resultado de guerras e conflitos, por exemplo. Ou seja, o engajamento institucional, a ação dos Estados e da União Europeia (UE) são elementos fundamentais, embora nem sempre sejam decisivos em alguns casos, pois as migrações também acontecem quando não deixam vestígios institucionais ou quando não há autoridades para registar os fluxos.

Ainda assim, a atividade das instituições e dos atores sociais favorece modelos específicos de mobilidade, concretizadas em políticas de imigração, quando fazem determinadas escolhas políticas. Além disso, a política de imigração é demasiado sensível para a maioria dos governos e, ao mesmo tempo, importante para a gestão eficaz dos fluxos.

Por um lado, uma política migratória eficaz precisa estar comprometida com a criação de mecanismos de entrada legal e de gestão dos fluxos migratórios, sempre com carácter humanitário para garantir a segurança dos migrantes, mas também para o combate às redes de tráfico e de exploração de mão de obra, por exemplo.

Por outro lado, esta mesma política precisa estar comprometida com a criação de condições para que os migrantes possam se integrar no país, passando necessariamente com a concertação com outras políticas públicas, nomeadamente habitação, emprego, saúde, educação e outras. O caso português possui algumas especificidades que nos permitem fazer algumas reflexões.

A política portuguesa de imigração é, em si, um equilíbrio entre solidariedade, por estar comprometida com os direitos humanos, e de responsabilidade, por considerar a necessidade de mão de obra, o declínio demográfico e os malefícios da imigração ilegal e irregular. Contudo, na prática, a política portuguesa de imigração encontra obstáculos causados pela burocracia, isto é, os constrangimentos administrativos, e ausência de articulação entre as políticas públicas, como habitação, saúde e emprego.

Percebe-se que a burocracia portuguesa não acompanhou as mudanças legislativas conduzidas pelo decisor político, bem como as demais políticas públicas. No geral, não colocam (ou raramente colocam) a imigração como um fator. Estes obstáculos

impactam no sucesso e nos resultados da política de imigração, visto que os objetivos do decisor político, os procedimentos e os textos jurídicos não garantem sozinhos que a política seja aplicada pelas burocracias. Por isso, por exemplo, os migrantes podem ficar anos à espera que o seu caso seja resolvido.

Mais ainda, a falta de articulação com as demais políticas públicas pode acentuar problemas sociais como a falta de habitação, a sobrecarga no acesso à saúde e a informalidade laboral, aumentando a vulnerabilidade dos imigrantes e dificultando a coesão social.

Isto acontece porque, por um lado, os migrantes têm especificidades, algumas vezes diferente da população nacional, como a língua, e por isso, a política de imigração precisa estar sensível para adotar, diretamente, medidas específicas para melhorar a integração dos imigrantes.

Por outro lado, assim como os nacionais, os imigrantes também são afetados, indiretamente, pelas políticas públicas gerais que envolvem medidas económicas, sociais, de habitação e outras. De facto há um desafio de concertação entre a política de imigração, as políticas públicas gerais e a burocracia do Estado que precisa ser encarado pelos governos, em diálogo com a sociedade civil e parceiros sociais, pois estes aspetos acontecem em simultâneo, tem efeitos entre si e para toda a sociedade.

Contudo, este desafio não pode ser encarado com demagogias e soluções fáceis. Uma legislação humanista não articulada com as demais políticas públicas e com as burocracias responsáveis pela implementação pode aumentar a vulnerabilidade dos migrantes, trazendo ónus para toda a sociedade. Portugal tem uma política de imigração que pode ser um exemplo para toda a UE, mas precisa melhorar a implementação e articulação com as demais políticas públicas. A questão da imigração em Portugal prende-se mais com a implementação e a falta de articulação entre as políticas públicas do que com a política de imigração em si.

Uma política de imigração de “portas fechadas” pode aumentar o fluxo de migração irregular, a violação de direitos humanos e a própria gestão dos fluxos migratórios. Por seu turno, um modelo extremista de política de imigração cria um falso e raso nexos entre migração e segurança para estigmatizar os imigrantes e politiza a imigração por demagogia.

Muitos países da Europa têm enfrentado uma onda anti-imigração a partir da narrativa de que os imigrantes são uma ameaça e responsáveis por problemas sociais que, na verdade, são de responsabilidade do Estado. Mais ainda, um modelo extremista de política de imigração impulsiona a separação entre “nós e eles”, cria estereótipos e tenta fazer com que a opinião pública se revolte contra a imigração.

É comum que os partidos de direita radical populista mobilizem uma guerra cultural, de “nós” contra “eles”. Estes partidos olham para os imigrantes como um desafio existencial da nação, tentando sustentar o sentimento de pertença à comunidade política aos vínculos étnicos, em detrimento de valores como a liberdade, a solidariedade e a

igualdade. Nesse sentido, a desinformação, as *fake news*, os mitos e o oportunismo com situações relacionadas à imigração tornam-se grandes estratégias dos extremos.

Portanto, é urgente a recusa da narrativa que tenta fazer da imigração o inimigo. Uma política de imigração responsável, solidária e equilibrada passa pela recusa de modelos extremistas e que fomentam o sentimento anti-imigração e falsas guerras culturais.

<https://www.publico.pt/2023/04/15/opiniao/opiniao/politica-imigracao-eficaz-recusa-extremismo-2046230>